

Catecumenato Permanente — Bases Teológicas e Pedagógicas

Édio Schwantes

A idéia do Catecumenato Permanente nasceu da discussão sobre o tema “comunidade missionária”. Chegou-se ao reconhecimento de que a comunidade é a missionária da Boa Nova. A ela como um todo, através de todos os seus membros, cabe anunciar o evangelho e não apenas delegar esta tarefa a um especialista. Assim sendo, o Catecumenato Permanente não tem por base um novo reconhecimento teológico ou uma nova leitura da Bíblia, como, por exemplo, a redescoberta da palavra de Deus por Lutero, que levou à Reforma. O Catecumenato Permanente tem por base a Bíblia, compreendida através da teologia luterana. Portanto, a base teológica do Catecumenato Permanente é a que vem sendo pesquisada e ensinada nesta Escola Superior de Teologia, é a base teológica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

Os aspectos mais específicos do Catecumenato Permanente, os que se referem ao Discipulado Permanente, no documento elaborado pela comissão, são expostos com clareza e considero desnecessário repeti-los, pois parto do pressuposto de que o mesmo é conhecido.

Por outro lado, o Catecumenato Permanente não desenvolveu nova didática ou pedagogia. Ele toma por base os reconhecimentos didáticos e pedagógicos atuais e os coloca a serviço do evangelho. Portanto, sob o aspecto pedagógico o Catecumenato Permanente não traz nada de novo ou extraordinário. Apenas coloca em evidência a necessidade de usar também no trabalho eclesial a didática e a pedagogia que estão em uso nas escolas e em outros cursos de aprendizagem e aperfeiçoamento profissional ou de vivência.

O novo do Catecumenato Permanente são as conseqüências práticas a partir do reconhecimento de que a comunidade é a missionária.

Uma dessas conseqüências refere-se ao discipulado. O documento se aprofundou na análise teológica e vivencial do discipulado, dedicando dois capítulos ao assunto: “O Cristão como Discípulo” e “Discipulado e Comunidade”. Mas falar sobre discípulo/discipulado na IECLB sem falar sobre pastor/pastorado é como analisar uma face da moeda sem ver a outra. Por isso se torna necessário analisar o pastorado a partir do Catecumenato Permanente.

Pastorado

O documento do Catecumenato Permanente não fala do pastor e pastorado. Estou, porém, convicto de que um dos motivos da falta de ressonância do Catecumenato Permanente foi a falta de discussão e análise deste lado da moeda. Faltou aos próprios pastores analisarem sua função e papel numa comunidade missionária; faltou aos pastores estudarem com as comunidades o exercício do pastorado em relação ao Discipulado Permanente.

O pastor e o pastorado, tal qual são concebidos e institucionalizados na IECLB, têm vago embasamento teológico e, sob o aspecto didático-pedagógico, estão totalmente superados. Eles podem ter sido importantes e vitais para a Igreja em outras épocas, mas, para uma Igreja que visa o Discipulado Permanente como concebido no documento, o pastor, com suas atuais funções e com o papel de destaque que tem na IECLB, favorece o discipulado?

Antes de responder esta pergunta, conscientizemo-nos do papel de destaque que o pastor exerce em nossa Igreja. A IECLB, por tradição e por força de seus atos constitutivos, é uma Igreja pastoral, uma Igreja de pastores, governada e administrada por pastores, mais do que um mero “pastorcentrismo”. Senão vejamos: por força da Constituição nós temos: PASTOR presidente, PASTOR regional, PASTOR distrital, PASTOR da paróquia, PASTOR da comunidade, o secretário geral e os demais secretários são PASTORES, PASTOR da OASE, PASTOR da JE, além de PASTORES de outros departamentos e setores de trabalho. Nos conselhos o máximo permitido é o empate entre PASTORES e NÃO-PASTORES: Conselho Diretor, Conselho Regional, Conselho Distrital. O mesmo, com poucas variações, acontece nos concílios: Concílio Geral, Concílio Regional e Concílio Distrital. A única exceção em que os NÃO-PASTORES são a maioria é na paróquia e na comunidade. Sem querer qualificar, o regime da IECLB é autoritário, dominado pela “casta dos pastores”. Na IECLB só acontece aquilo que tem o aval dos pastores, e isto, inclusive, onde o pastor está em minoria, ou seja, na paróquia e na comunidade. Pelos atos constitutivos são dados ao pastor a responsabilidade e o poder de pregar, ensinar, administrar os sacramentos, efetuar os ofícios, a visitação, a poimênica e até ser responsável pela administração. Enfim, ao pastor é dado **TODO O PODER**, não no céu, mas na Igreja e na comunidade. Os não-pastores têm como única tarefa a de administrar o patrimônio e as finanças das comunidades e paróquias com base nas normas estabelecidas em concílios dirigidos por pastores, e podem, se o pastor permitir e der oportunidade e condições, ser coadjuvantes e substitutos dele em sua ausência.

A bem da verdade deve ser dito que há comunidades e paróquias onde a participação de não-pastores é bem expressiva, mas isso só acontece onde o pastor abre mão do seu poder constitucional e tradicional.

Por outro lado, foram institucionalizados na IECLB, ao lado do pastorado, outros ministérios. A institucionalização dessas funções se contrapõe frontalmen-

te à idéia do Catecumenato Permanente. Não posso entender a institucionalização de outros ministérios como um fruto positivo do Catecumenato Permanente. Lutero não se cansou de afirmar que os ministérios eclesiais pertencem à comunidade, com base na teologia do sacerdócio geral de todos os crentes. Na institucionalização de outros ministérios não vejo, como Martin Volkmann o interpreta em seu ensaio publicado neste número de *Estudos Teológicos*, um passo em direção ao Catecumenato Permanente, muito antes um retrocesso rumo a uma maior institucionalização e uma defesa contra a redefinição do papel do pastor/teólogo.

Para mostrar a confusão teológica em relação a comunidade e pastorado que fazem pastores recentemente formados nesta faculdade, quero apresentar alguns trechos de um Relatório de Atividades de um candidato ao Exame Pró-Ministério, o qual me foi passado para avaliar. No capítulo sobre a comunidade o candidato escreve:

A comunidade é algo inerente ao cristianismo (Atos 2.42). O como ser comunidade deve ser uma busca constante. (...) A comunidade é instrumento de Deus e comunhão dos que crêem. Dos que crêem e fazem a vontade de Deus (Mc 3.33s). Em síntese, a Igreja está no mundo, não se torna mundo, mas transforma o mundo (1 Pe 2.9-10) por estar no mundo.

Importa para a comunidade descobrir os meios eficazes para esta tarefa transformadora. Não se trata de discutir se a infra-estrutura de paróquia vem antes ou depois da missão. Na verdade, creio, deve-se perguntar por aquilo que favorece a missão da comunidade. O meio mais eficaz de transmitir Jesus Cristo.

Bem colocado. A comunidade é a comunidade missionária, a comunidade transformadora. Para cumprir esta tarefa ela precisa descobrir os meios mais eficazes.

Logo após vem o capítulo sobre o pastorado. O candidato escreve:

Compreendo o pastorado a partir do ministério. O pastorado é um dos ministérios que possui como específico a comunicação pública do Evangelho, a administração dos sacramentos, a formação e orientação das pessoas na comunidade e da comunidade na sociedade (Regulamento do Ministério Pastoral, art. 18). Em verdade existe só um ministério: "O de testemunhar o Evangelho de Cristo" (*Nossa fé — Nossa vida*, p. 6). Não há, portanto, no ministério pastoral qualquer grau de superioridade sobre outro ministério (diaconal ou catequético). Apenas distingue-se em atribuição. Todos os ministérios específicos são legitimados pela comunidade e são exercidos através dela. Não existe entre nós um detentor exclusivo do sagrado. Todos os ministérios específicos, além de visarem o mundo, buscam o fortalecimento interno da fé comunitária.

O ministério pastoral (...) exige-me dedicação exclusiva e fiel. O ministério pastoral é um estado ontológico em que me são confiados meus irmãos e irmãs (Lc 12.42).

De repente o candidato se esquece da comunidade, esquece que a tarefa missionária e transformadora é dada à comunidade e se coloca diante dela num estado ontológico, como detentor de um ministério "imexível". Não pergunta à comunidade se ela necessita deste modelo de ministério e pastorado para cumprir sua

missão. Pior, considera os irmãos e irmãs, a comunidade como confiada a ele, pela qual ele se sente responsável, como se ela fosse imatura.

Em uma comunidade onde trabalha um pastor com tal visão do ministério e do pastorado dificilmente nascerá o espírito do Discipulado Permanente. Porém o pastor que redigiu esse relatório está absolutamente dentro do legal. Foi isso que sua Igreja lhe ensinou. É isso que os atos constitutivos de sua Igreja lhe impõem.

Mas se o presidente do Brasil pode ser um operário sem maiores conhecimentos de administração, de economia e de outras áreas, por que o presidente da IECLB não pode ser um não-pastor, assessorado por um conselho teológico e especialistas em outras áreas? Por que o pastor da comunidade deve assumir todas as tarefas do sacerdócio geral, relegando a um segundo plano sua formação específica de teólogo?

Por isso, é exatamente pela reformulação do papel do pastor/teólogo que se deve iniciar a implementação do Catecumenato Permanente, ou jamais haverá Discipulado Permanente nesta Igreja.

Outro aspecto que deve ser aprofundado teológica e pedagogicamente, refere-se à programação e ao planejamento.

Programação e Planejamento

Quero iniciar minhas considerações sobre o assunto lendo Atos 2.1-4:

Ao cumprir-se o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar; de repente veio do céu um som, como de um vento impetuoso, e encheu toda a casa onde estavam assentados. E apareceram, distribuídas entre elas, línguas como de fogo, e pousou uma sobre cada um deles. Todos ficaram cheio do Espírito Santo, e passaram a falar em outras línguas, segundo o Espírito lhes concedia que falassem.

Permitam-me fazer uma interpretação não-convencional deste texto: após a ascensão de Cristo, os discípulos estavam reunidos, fazendo o quê? A meu ver o óbvio, discutindo e estudando o que fazer; como cumprir a tarefa que Cristo lhes dera de levar o evangelho a todo o mundo. A tarefa não era fácil. Muita reflexão e discussão se sucederam. Pensaram, pensaram, fundiram a cuca, esquentaram a cabeça, chegando a “levantar fumaça”. Finalmente chegaram a uma conclusão, a um consenso e decidiram o que fazer e como agir. O Espírito Santo os iluminou.

O nosso documento faz uma leitura um pouco diferente da ação do Espírito Santo. No documento lemos: “Pergunta-se, porém, se o assunto permite ser concebido num programa de ação e ser atacado mediante um planejamento metódico.” E um pouco adiante diz: “Com efeito, o tema exige que sejamos modestos nas nossas pretensões. Não se pode tratar de assumir a si a obra do Espírito Santo. Sabendo, além disto, da limitação a que está sujeita a eficácia de métodos e planos, seria demasiadamente atrevido esperar de uma programação milagres e prodígios.”

A questão foi colocada com muita perspicácia. Pergunta-se se o assunto pode ser concebido num programa de ação; se pode ter um planejamento metódico; se dá para confiar em métodos e programas, para concluir, aliviado, dizendo que não se pode tratar de assumir a si a obra do Espírito Santo. Enquanto lá fora, no mundo da produção e dos negócios, a gente tem que trabalhar duro e arduamente; desenvolver métodos; planejar e programar; “fundir a cuca” até levantar fumaça, a Igreja, graças a Deus, tem o Espírito Santo, que resolve os problemas.

Sei que o desenho é preto e branco e com muito contraste, mas não está longe do que acontece no mundo, por um lado, e na Igreja, por outro. Em todos os casos, com o Catecumenato Permanente a IECLB agiu exatamente assim. Não planejou, não desenvolveu métodos, não programou, esperando que o Espírito Santo agisse, só que ele não agiu. Deixou a IECLB na mão. Ou se deve concluir que o Espírito Santo não queria que o Catecumenato Permanente acontecesse? Mas, então, toda aquela discussão e trabalho que antecederam o Concílio de Cachoeira foram à revelia do Espírito Santo? A decisão do Concílio Geral não foi inspirada pelo Espírito Santo? Só depois que tudo estava devidamente estudado, discutido, formulado — e só faltava agir — o Espírito Santo interrompeu o processo? Nós estamos aqui hoje à revelia do Espírito Santo? Ou foi por comodismo da IECLB, desta Igreja dominada por pastores, que nada aconteceu? Estou convicto de que o Espírito Santo sempre agiu e quer continuar agindo também na IECLB, através daqueles que “fundem a cuca” e suam a camisa, através daqueles que elaboram métodos, fazem planejamento e programações e finalmente partem para a ação, sem medo de assumir a obra do Espírito Santo.

O documento do Catecumenato Permanente, enquanto discorre teórica e teologicamente sobre o Discipulado Permanente, é extenso, repetitivo e até cansativo. Quando entra na prática, é breve e vago e introduz o assunto dizendo que não se pode assumir a si a obra do Espírito Santo.

Para a prática o documento coloca seis pontos:

1) “Promover, no âmbito da IECLB, profunda reflexão sobre o nosso discipulado”, ou seja, começar novamente com a discussão teórica, apesar da decisão do Concílio de Cachoeira.

2) “Incrementar a formação teológica de pastores e obreiros.” O assunto é tratado teoricamente. Não há nenhuma indicação prática e objetiva.

3) “Desenvolver e testar estruturas eclesiais.” Sem nenhuma indicação de como, quando, onde e por quem.

4) “Proceder a uma revisão crítica dos métodos de nosso trabalho.” Analisar o já analisado. Novamente olhar para trás.

5) “Intensificar e aperfeiçoar a diaconia.” E por último:

6) “Formar uma equipe incumbida de redação do material subsidiário.”

Tanto quanto estou informado, este último item é o único colocado em prática. Uma pequena equipe para elaboração de material foi formada. Mas para

elaborar qual material e para quais ações concretas, em vista do Discipulado Permanente? Como a IECLB não planejou e não programou e o Espírito Santo não agiu, essa equipe caiu no vazio, até, finalmente, ser dissolvida e o Centro de Elaboração de Material ser extinto.

Concluindo

Enquanto a IECLB não modificar sua estrutura centrada no pastor/pastorado em favor de uma estrutura centrada no membro/comunidade; enquanto a IECLB não reformular a função do pastor/teólogo na comunidade; enquanto a IECLB não elaborar métodos, planejar e programar e partir efetivamente para a ação, confiante na inspiração do Espírito Santo, não haverá Discipulado Permanente em nossa Igreja e toda a discussão e trabalho em torno do tema Catecumenato Permanente terão sido mais uma oportunidade perdida.

Finalizo com o último parágrafo do Documento, na esperança que esta semente caia em terra fértil e possa germinar, crescer e dar muitos frutos.